

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: CARLOS APOLINARIO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14 de abril de 2009

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Bom dia. Convoquei para hoje, dia 14 de abril de 2009, mais uma audiência pública sobre o PL 158/2009 de autoria do Executivo, que autoriza a aplicação da concessão urbanística nas áreas do Projeto Nova Luz. Iremos suspender a sessão para aguardar as pessoas que estão chegando ao Plenário.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Carlos Apolinario.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Bom dia. Estamos aqui para fazer uma audiência pública. A Câmara é a casa do povo, porém não é a casa da bagunça. Iremos permitir que as pessoas falem e para isso serão abertas inscrições, as pessoas terão cinco minutos para exporem as suas posições. Ninguém será impedido de falar nesta audiência pública.

Nós Vereadores temos a obrigação de respeitar a fala dos senhores e pedimos que o mesmo respeito seja dado a nós, ainda que vocês não concordem, mas ouçam o que temos a dizer.

Deste modo faremos uma audiência pública com possibilidades de gerar resultados positivos ao interesse público.

Está presente o relator do projeto o nobre Vereador José Police Neto que depois desta audiência pública irá começar a preparar um relatório.

As pessoas que são de entidades e da sociedade. O Sr. Vereador Netinho já disse várias vezes que está aberto a aceitar sugestões dos senhores que poderão ou não ser agasalhadas no relatório final. Depois do relatório final do Sr. Vereador Netinho, o projeto tem que passar por duas votações no Plenário. Perdoem-me, já foi feita a primeira votação. Antes da segunda votação, ainda é possível os Vereadores sugerirem ao relator que apresente mudanças no projeto. Há Vereadores que representam não só a oposição, mas São Paulo como um todo, assim como disse o Sr. Vereador Chico Macena que irá apresentar sugestão, substitutivo, tudo isso é democrático.

O que posso oferecer aos senhores, de forma respeitosa, como Presidente da Comissão, pois a reunião estava marcada para iniciar às 11 horas, aguardei meia hora até que todas as pessoas que conseguissem entrar, sentar e se faltassem lugares, providenciáramos novas cadeiras para permitir a participação de todos. Se todos colaborarem comigo, com certeza, teremos uma Audiência Pública boa, importante para a

Cidade e para todos.

Usaremos o mesmo critério adotado nas outras audiências. Permitiremos que o representante do Executivo fale, nesta ocasião falará novamente o Sr. Rubens Chamas, com algumas novidades que irá apresentar. Depois ouviremos as entidades ou alguma pessoa que queira falar e só depois de ouvi-los, daremos a palavra aos Srs. Vereadores. Se alguma entidade ou alguém tem intenção de falar, peço que dirijam-se à minha direita, onde se encontra a assessoria da Comissão e digam, por favor, o nome, a entidade que representa e terá cinco minutos para dar sua opinião no momento em que for chamado.

Registro as presenças dos nobres Vereadores: Claudio Fonseca, Jamil Murad, Chico Macena, Juscelino Gadelha, José Police Neto. Tenho um ofício da Sra. Regina Monteiro que diz o seguinte: “Prezado Senhor, considerando vosso convite para participar da segunda audiência pública, envio a Arquiteta Matilde da Costa, Gerente de Paisagem Urbana, uma Empresa Municipal de Urbanismo – EMURB para representar-me junto a essa Comissão”. Convido a Sra. Matilde da Costa para compor a Mesa. Tem a palavra então, o Sr. Rubens Chamas que representa o Executivo.

O SR. RUBENS CHAMAS – Bom dia a todos, agradeço ao nobre Vereador Carlos Apolinario, Presidente da Comissão de Política Urbana, os demais Vereadores e a presença de todos neste Plenário. Quero, assim como falamos em outras duas oportunidades, pinçar alguns pontos importantes do Projeto Nova Luz.

Como todos sabem, a EMURB, juntamente com outros Órgãos Municipais, as Secretarias: de Desenvolvimento Urbano, Cultura, Transporte, do Verde têm desenvolvido um projeto para a região. O primeiro ponto que coloco é ressaltar as grandes diretrizes do projeto. Na verdade, uma das grandes diretrizes é a estruturação das ZEIS. No âmbito do perímetro da Nova Luz existem umas ZEIS indicadas no Plano Regional Estratégico da Sub Sé e o projeto tem como pano de fundo a estruturação das ZEIS.

E o que é estruturar uma ZEI? É indicar onde deverão ser feitas habitações HIS, as habitações HMT que são habitações de mercado e também onde serão feitos outros empreendimentos de uso institucional.

Uma segunda grande diretriz da região é a consolidação de comércio e serviço na área. Todos sabem que é uma área com comércio ativo de eletroeletrônicos e uma característica de serviços que também pode ser engajada na área de tecnologia da informação. Então, essa passa a ser uma grande diretriz já indicada desde as leis de incentivos fiscais em que as empresas se habilitaram no projeto; até hoje esse grande vetor de consolidação de comércio e serviço da região.

E uma terceira grande diretriz importante é a manutenção, ratificação e conservação dos imóveis tombados. Quem esteve presente nas outras audiências,

mostramos um mapa em que a região tem uma série muito grande imóveis tombados ou pelo Conselho de Patrimônio do Estado – Condefat, ou pelo Conselho Patrimônio Estadual, alguns até pelo IFAM, Órgão Federal. A requalificação desses imóveis tombados, dando realmente uma característica mais digna para a região é fundamental para completar esta trinca de macro diretrizes para a região.

Como falamos em grandes diretrizes, o que vem após? Vem a formulação de um projeto para a área. Então, em função dessas diretrizes, o Poder Público Executivo está iniciando a formulação de um termo de referência, que é um documento muito importante para que possamos contratar um projeto para a região. Esse é o passo que atualmente o Executivo está se posicionando.

Quero comentar que foram levantadas algumas questões na última audiência e não tinha ainda as informações finais. Gostaria de esclarecer, pois é importante, a Prefeitura está desapropriando duas quadras: a quadra 69 e a quadra 77, na região da Nova Luz e alguns imóveis para iniciar a construção de HIS já no interior das ZEIS. Houve algumas considerações na última audiência sobre como é feita a desapropriação, o valor, se é pago os fundos de comércio. Estou trazendo em primeira mão porque esses valores foram pagos na quarta-feira passada.

O processo de desapropriação inclui a desapropriação do terreno propriamente dito com sua construção e também o fundo de comércio. Então, esses valores são já indicados na ação desapropriatória e tenho informações precisas. Já pagamos dois fundos de comércio, um do proprietário que estava ocupando o imóvel na Rua dos Gusmões, nº 234, recebeu a quantia de 394.977,35 reais por fundo de comércio, não pela desapropriação do terreno e da construção. O outro imóvel também na Rua dos Gusmões recebeu a quantia de 292.700,31 reais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Não está aberta a perguntas.

O SR. RUBENS CHAMAS – Esclarecendo, os recursos de desapropriação que estão sendo gastos na região da Nova Luz e só lembrando, a Prefeitura desapropriou tão somente as quadras 69, 77 e aqueles imóveis na Rua dos Gusmões para a construção de HIS. Esses recursos são provenientes de duas grandes fontes; uma é a fonte Tesouro Municipal e a outra fonte são recursos da Operação Urbana Centro, a qual a EMURB é uma das gestoras.

Fiz esses breves comentários e depois estamos à disposição para quaisquer outras dúvidas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o primeiro inscrito, o João Paulo, Presidente da Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia. Por favor, João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, estou representando a Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia, na qualidade de Presidente e manifestar, em primeiro lugar, a nossa discordância com relação às duas leis que estão em questão.

Um é o Projeto Nova Luz e o outro a Lei de Concessão Urbanística. Poderia citar vários itens em desacordo com a legislação, o principal deles se refere ao direito de propriedade. O direito de propriedade é uma conquista humana, muitas guerras foram travadas na história para que chegássemos num ponto onde o legislador atual contemplasse na Constituição Federal com o direito à propriedade. Isso é um avanço porque limita a atitude das pessoas, até onde vai nossa atitude com relação ao bem, o seu e o do próximo.

A lei de concessão urbanística traz em seu bojo um ponto que fere completamente esse princípio. Ela contempla uma anomalia, transfere à iniciativa privada uma prerrogativa que é do Estado, de desapropriar e não de adquirir. Por que essa anomalia? Porque a partir do momento em que tenho um interesse privado e o Estado passa a ser parte e não mediador de um conflito de interesses, a balança fica desequilibrada. As primeiras vítimas dessa anomalia estão na Santa Ifigênia e o lado mais fraco vai perder. O Estado tomou um caminho perigoso. Não temos como equilibrar a balança.

Quando se tem uma proposta justa, analisada pelas partes, comprador e vendedor, existe acordo. A partir do momento que não se tem essa alternativa e o Estado transmite a uma empresa privada o direito de tirar um comerciante de seu lugar, independente das indenizações, não temos como brigar.

Um representante da Emurb falou sobre indenizações, o proprietário foi indenizado, mas e o inquilino? O inquilino da Santa Ifigênia, por exemplo, com seu comércio há 25 anos, ele foi indenizado? Essa anomalia é que está sendo contemplada na lei de concessão urbanística, por isso somos contra, apesar da abertura dada pelo relator do projeto, Vereador José Police Neto, para que fizéssemos emendas à lei.

Após assembléia realizada em nossa sede achamos por bem não nos manifestarmos a esse respeito porque o texto é totalmente incondicional. Só isso o que tenho a dizer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Com a palavra o Diretor da Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia, Paulo Garcia.

O SR. PAULO GARCIA – Na realidade o João foi tão sucinto que vou usar a palavra para fazer alguns agradecimentos. Agradeço, primeiramente, à Camargo Correa por tão zelosamente aos princípios cívicos (manifestações da platéia) ter contribuído tão bem com a campanha do nosso Exmo. Sr. Prefeito Gilberto Kassab. Agradeço à associação das

construtoras por ter, da mesma maneira, contribuído de forma bastante generosa com o nosso relator do projeto, PL 087.

- Manifestações da platéia.

O SR. PAULO GARCIA – São agradecimentos e estão nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Sr. Paulo, tenho te respeitado, nos reunimos em sala do relator. Senhores, estou falando com o orador de forma respeitosa, não estou desrespeitando-o, estou presidindo a comissão. Tenho que traçar parâmetros de respeito, o Sr. Paulo terá seu tempo preservado. Só faço um pedido, de forma respeitosa, que preservasse o respeito aos nobres Vereadores, me coloquei à sua disposição, me reuni com o senhor, o relator também. Vamos seguir naquele ambiente bom. (Vaias)

O SR. PAULO GARCIA – Sr. Presidente, não houve, até o presente momento, nenhum tipo de desrespeito. Estou citando nome de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Então não cite o nome de pessoas nas suas ironias.

O SR. PAULO GARCIA – Não são ironias, são fatos publicados nos jornais, está na imprensa. Como é fato, também, que tivemos uma reunião recente dos Srs. Vereadores, no qual durante uma única tarde e um começo de noite, o projeto que estamos discutindo hoje, passou pela comissão de justiça, política urbana e em primeira votação. Com tamanha celeridade foram chamados, inclusive, os Vereadores que já estavam em suas casas, por isso não vejo decoro de minha parte para com a Câmara, na mesma proporção deveria haver com o eleitor. Estamos nos sentindo traídos, não somos convocados, vemos as coisas sendo votadas entre quatro paredes, com uma celeridade nunca vista. (Palmas)

Pedimos um prazo para que pudéssemos organizar; em conjunto com o sindicato, - a SINCOELETRO - com alguns urbanistas, engenheiros e a partir daí oferecermos alternativas que fossem reais, que beneficiasse São Paulo. O que nos foi dito é que teria que ser para amanhã, não podemos compactuar com isso.

A nossa opção foi o caminho jurídico. Temos no Brasil três poderes, a Câmara está achando que são dois porque o Executivo e o Legislativo se tornaram um só, o futuro dirá se foi ou não uma boa opção. Quando não há uma discussão séria e equilibrada dentro da Câmara, as imperfeições estouram. Num primeiro momento não. Esse plano é maldoso com São Paulo, ele não vai propiciar desenvolvimento, nenhum investidor estrangeiro virá se souber que pode ser desapropriado no futuro e a bel prazer. Não estou falando dessa administração, estou falando de um projeto de lei que vai perdurar não se sabe por quanto tempo.

Não estou falando do ilustríssimo Sr. Prefeito Kassab, que me parece uma

pessoa de muito boa vontade; mas quem assumir depois, terá essa mesma boa vontade?

Os Srs. Vereadores devem atentar para esse detalhe e ver o que estão fazendo com São Paulo. Esse instrumento pode ser usado para o bem ou para o mal; vai depender de quem estará fazendo uso dele. Eu não me sinto tranquilo; na realidade, tenho de agradecer, porque se tudo isso acontecer, terei, por assim dizer, uma aposentadoria precoce, pegarei uma vara de pescar e irei me mandar. Sou, juntamente com os amigos da Santa Ifigênia, o “boi de piranha”, a experiência que vocês farão por São Paulo começará por nós. Meu filho, que também está aqui, esperando para assumir minha loja, não terá essa oportunidade se esse projeto passar.

O ponto principal desse projeto, onde ele é mais maligno, é que o tempo todo se diz o que a concessionária deve fazer; agora, quem ler atentamente o projeto, verificará que o problema não é o que ela deverá fazer, porque isso se dará através de um projeto apresentado pelo Executivo, em discussão com a Câmara; o problema é o que ela pode fazer. E a concessão urbanística poderá se dar por 35 anos, renovada até por mais 35. Não acho que meus bisnetos terão de ficar subjugados a um dom, que estou chamando de sesmaria. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Deixe-me esclarecer uma coisa: a pessoa utilizando a tribuna, em audiência pública, tem liberdade de falar, só que quando cita o nome de algum Vereador, se esse pedir a palavra, para poder se defender, terei de concedê-la. Quero evitar fazer uma guerra aqui, que nós façamos uma reunião. Vocês têm liberdade de falar, podemos realizar isso, sem citar nominalmente as pessoas, fica mais fácil e podemos nos entender. Por favor, a Sra. Karina (?), do Instituto Pólis.

A SRA. KARINA (?) - Bom dia. O Instituto Pólis vem participando das audiências públicas referente ao Projeto de Lei 158/2009 e a nossa posição é pela devolução desse projeto ao Executivo Municipal. Isso, em virtude de alguns pontos de descumprimento da legislação vigente, entre elas, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e também, o próprio instrumento da concessão urbanística, que nesse caso não é que se utiliza da desapropriação urbanística, que é diferente da desapropriação tradicional, tendo como justificativa o plano, o projeto urbanístico que não se encontra nessa lei; encontra-se como anexo.

O projeto urbanístico é o que justifica a finalidade social da aplicabilidade do instrumento. Esse projeto é um anexo e não deve sê-lo; deve ser o próprio texto legal, devem estar expressas no projeto de lei, as diretrizes, as finalidades, em que se basearam esse projeto urbanístico. Outra coisa, que não está no projeto de lei, e para nós, configura uma lesão à ordem urbanística, é que o Estatuto da Cidade determina, nas diretrizes e depois, existe um capítulo específico, que trata da gestão democrática. Isso quer dizer que no projeto de lei deveria constar uma comissão com representatividade dos moradores, dos

ocupantes daquela área para poderem participar e fazer a gestão da implementação e do monitoramento, bem como da elaboração do próprio projeto urbanístico, que também não consta do projeto de lei.

Outra questão é que esse projeto de lei não passou sequer nos Conselhos estabelecidos pela Lei do Plano Diretor de São Paulo, especialmente o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica. Nós acreditamos e nossa sugestão é a devolução do Projeto de Lei 158/2009 ao Executivo Municipal. Trouxe aos Srs. Vereadores a nossa justificativa jurídica para que esse projeto seja devolvido. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Agradeço à Sra. Karina (?), pela contribuição, por escrito, que está nos dando. Durante o período de exposição do próximo orador, quem quiser se manifestar, poderá se inscrever. Ao final desse período, as inscrições estarão encerradas. Tem a palavra o Sr. Diogo Ermandi (?), estudante da USP.

O SR. DIOGO ERMANDI (?) - Bom dia a todos. Sou morador de São Paulo, estudei no Liceu de Artes e Ofício, na região, fiz técnico em construção civil e atualmente sou estudante do quinto ano de graduação de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Com relação ao que o representante do Executivo disse sobre as ZEIS, gostaria de fazer um parêntese: as ZEIS já foram implementadas há muito tempo, desde o Estatuto da Cidade e a única ZEIS, em se tratando de ZEIS 3, que é o caso da área, que foi realmente efetivada, dentre várias, é apenas uma, em frente à Pinacoteca, e mesmo assim, com uma qualidade duvidável. Foi a única, dentre uma série de necessidades que as ZEIS deveriam atender. Apenas demarcar as ZEIS não significa absolutamente nada.

Entrando na questão do Projeto de Lei de concessão urbanística e também com relação à proposta do projeto Nova Luz, quero dizer que tanto um, quanto o outro, são completamente equivocados, porque esse processo de higienização, gentrificação, valorização e elitização dos centros das grandes cidades, vem sendo feito desde os anos 70, fora do país, como Paris, Nova Iorque, entre outros. No Brasil, a questão é diferente, o Poder Executivo e o Legislativo devem se ater, não só à questão pontual do centro, mas à da cidade como um todo, e o que esse projeto Nova Luz irá gerar para todo o restante da cidade, não apenas aos comerciantes da Santa Ifigênia e aos moradores do centro. Isso porque ele poderá gerar muitas complicações.

A concessão urbanística é um instrumento fundamental e creio que não será tão eficaz assim, é meio ilusório. O Nova Luz, junto com o de outras atitudes, vem tentando fazer uma revitalização do centro da cidade, mas o centro da cidade de São Paulo não precisa disso, ele já tem muita vida, o que ele precisa é de qualidade à essa vida. O centro da cidade de São Paulo tem muito comércio e muita gente morando, no entanto, como já foi dito, esse projeto vai tornar o centro da cidade, uma nova Oscar Freire, elitizando-o e

tornando-o um cartão postal. Os maiores prejudicados serão os habitantes do centro, que são de baixa renda, a população de comerciantes, os inquilinos. Com a valorização da terra, no centro, na região da Nova Luz, as pessoas que pagam aluguel, na faixa de R\$ 300,00 a R\$ 400,00, não terão condições de pagar um aluguel mais caro, porque ficará mais caro. E para onde irá essa população?

Nesse projeto de lei tem um artigo, o Art. 9. Um artigo, a princípio, dentro do projeto de lei, muito repetitivo: “*O Executivo; intervenção urbana...*” Muito repetitivo. Só que aí ele diz assim: “*A ser aprovado pelo poder concedente, o qual conterà, conforme o caso, os seguintes elementos*”. Aí você fica meio duvidoso nesse “*conforme o caso*”. Então eu queria dizer ao Relator para que atentasse a este requisito.

“*Definição das modificações do sistema viário*”. Aí você fala: “Ah, por isso que é conforme o caso, porque pode ser que exista um projeto urbanístico para essa área que não precisa de modificação do sistema viário”. No entanto, o quinto elemento deste artigo é: “*Programa de atendimento econômico e social à população diretamente afetada pela intervenção urbana*”. E aí você volta ao “*conforme o caso*”. Ou seja, a população diretamente afetada por essa intervenção, que não são só os proprietários, mas os inquilinos, que não poderão morar lá, os comerciantes, que não poderão mais ter a sua renda. Eles serão, conforme o caso, atendidos socioeconomicamente. Então acho que existe uma série de problemas nesse projeto Nova Luz. E nesse projeto de lei, além de, a meu ver, ser inconstitucional, quebrar o equilíbrio (?), que já foi dito aqui, nesse palanque. O que o Centro precisa é de políticas públicas, é de mais atenção. A Cracolândia não precisa de higienização, ela precisa de atendimento. Se você higienizar, colocar 400 policiais naquela área, a Cracolândia vai para outro lugar. (Palmas) E o problema vai ficar mais complicado. Eu não estou querendo fazer uma crítica aleatória. O problema vai ficar mais complicado, porque vai se espalhar. As pessoas que, hoje, moram de aluguel, e pagam 300 reais, apertado, provavelmente voltarão a morar em cortiços, em outras áreas, como a região da Mooca, onde há galpões abandonados. O Prédio Prestes Maia que, como muitos no Centro, estão esperando chegar a Linha Amarelo e o Projeto Nova Luz para se valorizar, e, aí sim, estão especulando para serem vendidos, eles poderiam ser, pelo Poder Público, como já tem lei, poderiam ser desapropriados para habitação social. No entanto, o que se faz é demarcar as ZEIs para dizer que a população está sendo atendida, e elitizar o Centro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o José Aguiar, integrante do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis da Área de Santa Efigênia.

O SR. JOSÉ AGUIAR – Bom dia, pessoal. Venho na qualidade de catador de material reciclável na área de Santa Efigênia, que é uma área onde estamos sendo massacrados, perseguidos pela atual Administração.

Eu morava na rua Gel. Miguel Couto, nº 385. Pagava um aluguelzinho mínimo. O Sr. Kassab desativou o prédio, que está às moscas, e a gente está sofrendo as conseqüências.

Então, como representante do Movimento dos Catadores, eu gostaria de dar o meu apoio ao Movimento, a essa manifestação, e dizer que esse projeto de lei só vem prejudicar os pequenos comerciantes, as pessoas que vivem de subemprego, que é o meu caso. E também que o Sr. Gilberto Kassab quer “tapar o sol com a peneira”, massacrando os humildes, os pequenos, e não dando solução para os nossos pequenos problemas.

Então eu acho que a nossa mobilização tem de ser mais maciça, nós contamos com esta Casa, com o apoio de certos Vereadores que realmente representam o povo.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o Sr. Roberto Carlos de Lima, comerciante da Santa Efigênia.

O SR. ROBERTO CARLOS DE LIMA – Bom dia para quem é do dia, boa tarde a todos. Mas quero falar uma coisa, eu trabalhava num estacionamento, e aí perdi o emprego porque o Kassab fechou o estacionamento, na Rua dos Andradas. Fui tentar montar um boteco, lá pra baixo, quebraram o boteco. Eu vou dizer a verdade, um dia eles vem na minha casa, mata o meu cachorro, outro dia pisa nas minhas flores e nada faz porque não tem mais o que fazer porque eu não tenho mais nada. Com isso, estou revoltado contra esse Gilberto Kassab, contra o Serra. E agora acabou tudo, acabou o dinheiro, se olhar pra mim, eu vou virar o quê? Igual ao meu amigo que cata papelão pra ganhar pelo menos dez centavos no quilo, porque eu não tenho mais trabalho. Eu trabalhava de manobrista, trabalhei de gerente de hotel. E agora o pior ficou dessa Santa Efigênia porque está parecendo um lixo porque o Kassab vendeu tudo e não tem mais como a gente fazer nada? Mas nós vamos fazer sim, vamos fazer! Nem que eu for lá na rua do Morumbi, onde ele trabalha, onde ele mora, ele mora num prédio, e eu vou ter de dar um jeito para ver que não faça mais nada! Porque o prédio, o número 30 da Rua Santa Efigênia, que eu moro de aluguel, já está condenado! Quer dizer, condena aonde eu moro, toma tudo que eu tinha, o que vai sobrar pra mim agora? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o Sr. Macena, Desemprego e Propriedade Privada da Santa Efigênia. (Pausa)

O SR. MACENA – Bom dia. Eu venho da manifestação e estou meio rouco. Queria dizer a todos, fazendo coro com aqueles companheiros que me antecederam, que resta a esperança para o povo, a esperança de votar pela democracia, pelo aperfeiçoamento das leis. Essa é a nossa esperança. E a corrupção é histórica, desde onde

veio, mas sempre o povo chegou e derrubou os corruptos, os mafiosos, por mais indecentes que fossem os impérios, o romano, o americano.

Quero conclamar esses Vereadores que estão nesta Casa, nesta Legislatura, que fossem decentes para com o povo de São Paulo. Não importa se de Oposição ou da Situação, pra mim não importa. Vai aqui um humilde pedido de um cidadão consciente que perdeu o trabalho, que hoje é autônomo e convive na Santa Efigênia há 30 anos.

Mas eu gostaria de rapidamente tecer uma consideração a vocês. O que estão vendendo na Santa Efigênia, nesse clamor, não é um estabelecimento de quem trabalha há 40 anos, há 50 anos lá, mas é o marketing, é o nome Santa Efigênia. Há cinco anos, em dezembro, um edital da Revista Veja mostrava o Sr. Angelo Andrea Matarazzo. Vou dar nomes, sem ofendê-los. Por ser uma autoridade pública, tenho de citá-lo, com sua permissão, Sr. Presidente. S.Exa. disse que transformaria o centro de São Paulo. Nesses três anos, há o mesmo projeto, a mesma força política que está aí, na 25 de Março. Esse projeto foi abordado pela Revista Veja, no ano de 2005, em dezembro, se não me falha a memória. O que havia na 25 de Março, S.Exa. propôs a fazer na Avenida Tiradentes. Ocorre que S.Exa. não fez nada até hoje, nem no centro de São Paulo, nem na Praça da República, nem no estacionamento, em frente ao Mappin, com 5.000 vagas.

Então, estamos diante de uma força política mafiosa, indecente e imoral. Gostaria que muitos dos senhores tirassem a venda dos olhos e fossem homens de bem. Esse é o meu apelo. O costume não precisa de lei e o que é público não precisa de provas. V.Exas. sabem muito bem disso. Estou falando de um direito primário. Essa propositura só serve para ser devolvida ao Executivo, porque não importa quem é situação. Peço o bom senso e justiça. Chegaram lá, emparedaram tudo e expulsaram tudo. Onde está o trabalho para o pessoal e o desenvolvimento? Há trinta anos, em São Paulo, há desaceleração industrial.

Como bem disse o Sr. José Serra, ninguém tem capacidade para gerenciar isso, reativando São Paulo, buscando empregos. Há o *marketing* político de vender a Santa Efigênia. Não há capacidade para administrarem esta cidade. Espero que os Excelentíssimos, Digníssimos representantes do povo, nesta Casa, não votem como Situação. Votem para que haja desenvolvimento, fazendo justiça para quem trabalha, na Santa Efigênia, que tem seus pontos. Respeitem a propriedade privada. Não se afastem da lei e da Constituição. Joguem para trás essa máfia política que está travando este país. Há os Srs. Gilberto Kassab e Angelo Andrea Matarazzo.

Em frente ao *Shopping* Matarazzo, não precisaram desapropriar. Construíram lá o que quiseram, sem pedir licença para ninguém. Agora, querem vender pontos comerciais da Rua Santa Efigênia. Por que não foram à Avenida Tiradentes e à Avenida Rio Branco? É preciso verem isso. Tirem essa máscara, esse invólucro de tantos anos. Sejam

cidadãos. Votem pela dignidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Registro a presença dos nobres Vereadores Claudio Prado e Eliseu Gabriel, e os convido para fazerem parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, do São Paulo Sustentáveis.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente, parabenizo toda a Mesa.

Sou Presidente da Federação de Urbanismo e Sustentabilidade dos Moradores de Bairros e Vilas de São Paulo. Também sou Presidente da UGSDB, União Global Sindical das Classes Trabalhadores de Desporto e Turismo.

Vou voltar no tempo, em 760 A.C., na Grécia, no berço da democracia mundial, em Esparta e Atenas. Esparta era uma cidade totalmente militarizada. Já Atenas era intelectualizada, sem perspectivas de políticas públicas. Em Esparta, matavam deficientes físicos.

Nos anos 40, Adolf Hitler juntou-se com Mussolini. Queriam dominar o mundo, mas foram interrompidos pelos Estados Unidos e pela ex-União Soviética, com seu projeto macabro.

Hoje, em pleno século XXI, ocorre a mesma coisa: cidadãos são mortos a balas, e são excluídos socialmente da sociedade, com o Projeto da Nova Luz, que deveríamos chamar de nova escuridão, ao excluir 50 mil famílias, na bancarrota, sucutando cofres públicos municipais e estaduais, fazendo verdadeiro *apartheid*, na Santa Ifigênia, colocando todos para fora, em cortiços, beneficiando multinacionais.

Nossa proposta é contrária ao PL 158. Espero que ele seja devido ao Poder Executivo e esta Casa faça uma conferência, para criarmos propostas, com melhores políticas para Santa Ifigênia e a cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Tem a palavra o Sr. Valter Tabaques, do Condomínio Edifício Eldorado.

O SR. VALTER TABAQUES – Bom dia a todos. Sou síndico deste condomínio. Estou aqui fazendo uma reivindicação, numa situação bastante chata. Já é chato ser síndico. Mas ainda é estar aqui, mas a situação obriga-me a vir aqui. Vou tentar montar um roteiro do que está acontecendo. Ontem, houve uma reunião, a pedido dos moradores do prédio, com 136 apartamentos. Queriam saber um pouco mais sobre o Plano Diretor. Diante disso, decidimos realizar uma palestra com uma pessoa que mora lá e conhece um pouco sobre isso. Uma pergunta imediata por todos que estavam lá foi: “Vai cair ou não?” Fazem essa pergunta há dois anos. Insistentemente, enviei e-mails e telefonei para a Emurb para obter maiores informações, e não recebi uma única resposta.

O prédio onde sou síndico tem o seu norte para a antiga estação rodoviária. Ao lado esquerdo, ao lado oeste, há a Santa Ifigênia; e, no lado leste, estão os prédios da Pinacoteca. A situação do vai cair ou não é constrangedora, porque tudo isso nos leva a várias situações. A primeira, bastante interessante, é sobre o IPTU. No nosso prédio, todos somos isentos do IPTU, porém o valor venal de um apartamento - por isso estranhei os valores pagos - de 64, 65 metros quadrados é de nove mil reais. Todos sabem que o preço do metro quadrado, no centro, é em torno de mil reais. Então, quando uma pessoa diz que pagou 237 ou 400 mil reais, perguntamos, imediatamente, quantos metros quadrados há. Isso não foi falado. Não ouvi resposta para isso. É muito bacana falar maiores valores, mas quero saber quanto pessoas vão receber por seus imóveis. E o inquilino leva alguma coisa, não leva nada?

Estou tentando, no meu prédio, convencer as pessoas a não venderem suas unidades e negociarem - se o prédio cair - outras unidades no mesmo lugar, com as mesmas características. Não sei se vai ser possível.

Vou contar uma outra história um pouco diferente. Vejo assim, um grupo de empreendedores, pessoas voltadas ao comércio de imóveis sentados em algum lugar, discutindo que papéis vão comprar na Bolsa de Valores, para valorizar 50%, 100%, quando um deles fala: esquece a Bolsa de Valores, vamos pensar em outra coisa, podemos comprar hoje e vender daqui a cinco anos dez vezes mais caro.

Essa é a questão que está em jogo. E é muito simples, se estamos agora com imóveis que valem mil reais o metro quadrado, por que não depreciamos de vez aquela região, por dois anos, com cracolândia passando para cá e para lá, faz uma bagunça, põe tudo em confusão, fecha imóveis e dá uma situação de vida extremamente precária para a região. Abaixa para R\$ 600,00; R\$ 800,00 o metro quadrado, faz parque, estacionamento, etc. Daqui dois anos fazemos excelentes prédios e vendemos tudo por dez vezes mais, que é o preço. Qualquer cidade no mundo, que é cosmopolita, tem seu metro quadrado em torno de oito a dez mil reais. Essa é uma realidade até em Moscou.

Então essa é a questão que está em jogo. Não vejo muito como sair dessa enrascada. O chato é eu estar, com vários moradores, querendo fazer implementos no prédio, colocar gás encanado, mexer na eletricidade e o pessoal falar que não vai fazer nada, porque vai cair mesmo. Quer dizer, há vários moradores que não estão mais interessados em melhorar o prédio porque acham que vai cair. Não sei se vai cair. Ninguém informa se vai cair. Ninguém diz nada. A única coisa que falam é que vai passar para a iniciativa privada, que vai poder fazer o que quiser com esses imóveis. É muito chato para os moradores que só vêem tratores e máquinas derrubando. Parece que máquina dá mais votos do que os moradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o Sr. Marinaldo Medeiros, do Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

O SR. MARINALDO MEDEIROS – Boa tarde, Srs. Vereadores; autoridades presentes; comerciários e comerciantes, em nome do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, presidido pelo Sr. Ricardo Patah e a União Geral dos Trabalhadores, também presidida pelo Sr. Ricardo Patah, estou fazendo uso da palavra e queria saber do Vereador José Police Neto, que falou que ia gerar muitos empregos. Com certeza, vai gerar muitos empregos, mas nós, do Sindicato dos Comerciários, estamos muito preocupados até gerar esses empregos. As pessoas que trabalham lá vão ter uma garantia, vão receber alguma coisa? São muitos pais e mães que trabalham ali, como vão sustentar as famílias até que venham os empregos que serão gerados?

Não se trata de um shopping que fechou, como no caso do Shopping Luz. Naquela época, as pessoas perderam os empregos, mas não estava a crise que está agora. Por isso, ficamos preocupados com essa situação. Como vão viver essas famílias? Como vão pagar aluguel, luz e água? A obra não será de um mês, serão anos e anos e esses trabalhadores vão aguardar esses empregos que serão gerados?

Quero saber dos Vereadores presentes se estão estudando, se essas famílias que moram no local irão receber algum benefício durante esse tempo e se esses postos de trabalho que serão gerados, serão deles. Enquanto eles aguardam, vão receber o Seguro Desemprego que manda a lei? Não. O Sindicato quer uma proposta dos Vereadores e que gere um projeto para que as famílias que trabalham na região tenham o direito de receber uma indenização durante o tempo que ficarem esperando esses empregos, porque se eles forem ficar esperando, quando os empregos forem gerados, com certeza, já estarão mortos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra a Sra. Dagmar Rodrigues, moradora da Rua dos Andradas.

A SRA. DAGMAR RODRIGUES – Boa tarde a todos. Na verdade, quero fazer um apelo, sou moradora da Rua dos Andradas, Condomínio Edifício Tebas, que fica entre as Ruas Timbiras e Aurora, moro lá desde que nasci e estou perdida nessa história. Consulto o site Nova Luz, não tem informação nenhuma.

Então, peço que seja aberto um canal de participação com os moradores. Somos 120 famílias, tratamos muito bem nosso edifício, temos Síndico e pintamos nosso prédio, investimos muito dinheiro. Estamos perdidos. O valor venal dos imóveis é dez mil reais, não dá nem para comprar um barraco de favela. E mesmo que fosse quinhentos mil reais, nasci lá e quero continuar lá. Não sei viver em outro lugar. Vim para falar isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra a Sra. Patrícia Baia, moradora da região de Santa Efigênia.

A SRA. PATRÍCIA BAIA – Bom dia a todos. Como a oradora anterior, também moro na Rua dos Andradas, edifício Araguatins. Edifício esse construído há mais de 40 anos pela Sra. Ana Baia de Souza. Ou seja, existe uma história em cada um desses prédios. Essa história precisa e merece ser respeitada, há comerciantes presentes e que as gerações tem cuidado da região.

O Centro de São Paulo e muitas áreas no entorno dele estão abandonadas pela Prefeitura, que deixa prédios vazios. Inúmeras áreas da cidade são simplesmente varridas pelas enchentes. Quer fazer um projeto urbanístico, melhorar a qualidade de vida do cidadão paulistano que paga impostos e, portanto, o salário de todos os presentes, como funcionários públicos e Vereadores eleitos por nós, cidadãos, contribui para isso. Quer melhorar a nossa qualidade de vida, melhore a qualidade de lugares onde há enchentes. Por exemplo, na Santa Efigênia, onde nasci e me criei, minha mãe passou muitos anos de sua vida aqui. Hoje, vimos uma enchente na Santa Efigênia. Nunca tinha visto. Nunca fui impedida de entrar na minha casa, porque o prédio estava alagado. Nunca vi ninguém afogado numa enchente, nem perdendo seus móveis e eletrodomésticos por conta de uma enchente, coisa que vemos em vários outros pontos da cidade.

Querem mexer na cidade? Façam hospitais, promovam a limpeza pública, proporcionem tratamento para quem está com problema de saúde. Querem melhorar a qualidade de vida, tem como, onde e porquê. Olhem para o lado, há muitos prédios vazios na cidade, derrubem, afinal de contas esses prédios já são do Governo Municipal. Por exemplo, há aquele castelinho abandonado. É tombado? Tudo bem. Reforma, faz dele uma escola, um hospital. O dinheiro público deve ser usado e não desperdiçado. E nosso país tem riqueza em todos os sentidos. Temos riqueza de mão-de-obra, de água, de solo e de condições climáticas para produzir muito dinheiro e alimento, não só para os brasileiros, mas para o resto do mundo. E enquanto continuarem fazendo desperdício, simplesmente chegará o momento em que não só a nossa população, mas todo o planeta, falará: “Chega”. Porque isso é um desperdício. Dinheiro não tolera desperdício. Natureza não tolera desperdício. Pessoas não toleram desperdício. Francamente, desiludi-me com as pessoas em quem votei nas últimas eleições. (Palmas). De mim, vocês não terão mais a colaboração para manter a vida de vocês, da mesma forma como vocês não estão contribuindo para que possamos manter nossas vidas.

O que tinha para falar era basicamente isso. Agora, de resto, espero que vocês tenham a consciência do que estão fazendo. Vocês estão traçando também os seus destinos. (Palmas). Lembrem-se de que vocês têm casas também. Vocês têm filhos e netos também. Daqui a cinco, dez, quinze, vinte anos, de repente, quando qualquer um de vocês

tiver morrido, e tudo que a sua descendência tiver – um imóvel para seus outros descendentes dormirem – (fala cortada)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Sra. Patrícia, o seu tempo está esgotado.

A SRA. ADRIANA – Tudo bem. De qualquer forma, lembrem-se de que vocês podem daqui, a pouco tempo, ter também a sua propriedade roubada, porque isso, para mim, é roubo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o Sr. Heber.

O SR. HEBER – Sr. Presidente, excelentíssimos Vereadores, boa tarde. Estou representando o outro lado da Santa Ifigênia. Há 15 anos sou consumidor da Santa Ifigênia. (Palmas). Sou operador de áudio e vídeo e quando fiquei sabendo, no dia de ontem, de toda essa situação constrangedora, fiquei indignado e resolvi participar desta reunião.

Farei algumas considerações apenas para os senhores refletirem como cidadãos.

Quando se fala nos Projetos de Urbanização, Dignidade e Melhoria gostaria que os senhores refletissem no significado da palavra dignidade para o povo que chega à Santa Ifigênia para fazer compras. Pessoas que vêm do Brasil inteiro para a Santa Ifigênia para fazerem suas compras e que sabem o lugar certo, que sabem onde comprar aquele pino, aquele cabo. Pessoas que rodam três, quatro horas e sabem em que lugar comprar. Pessoas do Brasil inteiro. Santa Ifigênia é referência e, de repente, isso vai acabar. Situações, sugestões que só podem ser boas, mas que, no momento, são duvidosas para os consumidores da Santa Ifigênia. O que é dignidade então? Dignidade é isso, dúvida?

Como consumidor digo a vocês que conheço várias lojas na Santa Ifigênia, famílias inteiras que trabalham ali: desde pai, mãe, tio, filhos. Não citarei nomes de lojas, mas conheço várias lojas que são dirigidas por famílias que trabalham há anos. E o que acontecerá com essas famílias depois? Não sabemos ainda. Está tudo muito escuro. De boas intenções o inferno está cheio. (Palmas). Queremos resultado. Precisamos colocar as coisas às claras. Dignidade, para mim, significa autenticidade em vários níveis.

Em todo processo precisa ter autenticidade. Gostaria que os senhores refletissem um pouco, porque são famílias que acordam às cinco horas da manhã, pegam trem lotado, estão disponíveis para atender da melhor forma possível o consumidor.

Sou consumidor da Santa Ifigênia e estou indignado como o andamento do processo e como a situação se apresenta. Às vezes, como brasileiro, como consumidor, acredito, sim, quando o Presidente Lula fala que o Brasil não pode parar na crise, tem que continuar. Quando sou confrontado com situações como esta, tenho a impressão que o

Brasil vai parar, por falta de logística mais clara para todo cidadão de São Paulo, sou paulistano, viajei por vários Estados, mas aqui eu moro, a região da Santa Ifigênia é de muita importância no meu trabalho e, com certeza, muitos consumidores com esta situação estão abismados sem saber como agir.

Por favor, senhores, cuidem com carinho, para os consumidores e para esse pessoal que atende muito bem a população do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – A última pessoa inscrita é a Sra. Fernanda, moradora do Bairro de Santa Ifigênia.

A SRA. FERNANDA – Boa tarde a todos, apresento duas questões, a primeira é que quando surgiu a Nova Luz o foco de mudanças estava ligado à Cracolândia, ao usuário de drogas. Há sempre nas reportagens da mídia o argumento de que não se pode fazer nada porque os usuários não aceitam ajuda. O questionamento é deve haver na legislação a possibilidade de auxílio a estes usuários, internando-os para tratamento. Há crianças e adultos vivendo na dependência das drogas e, fatalmente, morrerão, são pessoas, seres humanos como nós (Palmas).

A outra questão, é que as autoridades pretendem realizar alterações na Nova Luz, da mesma forma como lidam com as moradias, porém, eu como moradora, percebo que não será só com o desemprego, moradia, mas também com educação. Há pessoas morando no local há mais de 30 anos, com filhos e netos que frequentam as creches e as escolas da circunvizinhança. Não se consegue facilmente vagas, todos sabem disso, as solicitações de vagas ficam no sistema aguardando o surgimento de uma vaga.

Embora haja indenização para os moradores, o deslocamento para outros bairros acarretará atrasos importantes e, certamente, muitos crianças ficarão fora da escola por muito tempo, devido à falta de vagas.

São os meus questionamentos para os senhores, muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Antes de conceder a palavra aos Srs. Vereadores, o Sr. Rubens Chamas, que representa o Executivo, dará alguns esclarecimentos.

O SR. RUBENS CHAMAS – Como foi citado, o Projeto da Nova Luz não demarcou as ZEIS, mas são áreas demarcadas no Plano Regional Estratégico, da Subprefeitura da Sé, de 2003. Afirmei que o Projeto da Nova Luz estruturará as ZEIS, ou seja, fazer um projeto naquela área é um dos nossos objetivos, consolidando o grande plano para a área. A demarcação foi feita no PRE da Sub-Sé, em 2003.

A segunda informação, para não pairar nenhuma dúvida, os inquilinos estão

sendo ressarcidos, vou repetir os valores: num dos imóveis da Rua dos Gusmões foi pago, primeiro, um valor de 395 mil reais a título de Fundo de Comércio, ou seja, este valor é depositado para o inquilino no processo e ele levantará só no fim da ação. Não se trata do valor do terreno, nem da construção.

As desapropriações são feitas pelo órgão da Prefeitura chamado Desap e há muito tempo não são feitas pelo valor venal, e sim por valor de avaliação da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Doravante, terão a palavra os Srs. Vereadores, que serão chamados por ordem alfabética, em seguida, o relator Vereador José Police Neto, responderá a algumas indagações dos presentes e, no final, dará seu parecer como relator do projeto.

Tem a palavra o Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Boa tarde a todos, infelizmente, não gostaria de repetir o que falei na última audiência pública, porém lamento ter que fazê-lo. Até porque eu esperava que pudéssemos ouvir, do representante do Executivo Municipal, alguma novidade ou algum apontamento, por parte do Executivo, da incorporação das sugestões originadas no debate que ocorreu nesta Casa, nas audiências públicas quando discutimos a Concessão Urbanística.

O que está sendo apresentado pelo Executivo, até o momento, é um projeto genérico, autorizativo ao Executivo Municipal, o qual não especifica e não deixa claro para a Câmara, para os Vereadores, para a opinião pública, para os moradores ou para comerciantes o que, realmente, será feito na Região da Santa Ifigênia. Foi defendido pelo Polis, na audiência pública, depois também por mim, que qualquer concessão urbanística a ser aprovada na Casa, tem que ser feita, discutida, debatida e aprovada em cima de um projeto urbanístico - parece-me que é consenso a qualquer urbanista, inclusive aos próprios técnicos da Secretaria de Planejamento.

Não há nenhum projeto urbanístico sendo apresentado na Casa, inclusive deveria fazer parte do teor da lei a ser encaminhada à Câmara Municipal, mas não temos. Isso já foi dito na audiência pública anterior, esperávamos que na presente audiência pudesse ser apresentada alguma referência ou projeto urbanístico, para discutirmos e entendermos, inclusive, qual é o interesse social que tem o Poder Público em determinada área. Entender, também, que tipo de equipamento público será construído nas áreas que serão desapropriadas, já que esta é a finalidade de uma renovação e concessão urbanística. Esperava que pudesse ser apontado, pelo Executivo, a incorporação de mecanismos de controle social, sobre qualquer projeto a ser apresentado, inclusive da Nova Luz, que fosse indicada a formação de um conselho gestor, com representantes dos lojistas,

da sociedade, dos moradores (Palmas) do Poder Executivo, para acompanhar, aprovar, e opinar sobre o projeto, porque eles conhecem a realidade do local e sabem, exatamente, o que acontece no dia a dia. Isso não foi trazido como um avanço da audiência pública anterior. Esperava que o Executivo Municipal pudesse trazer um parecer do Conselho Municipal de Política Urbana a respeito tanto da Lei da Concessão Urbanística, como do Projeto de Concessão da Nova Luz. Como foi dito, pela representante do Polis, isso está previsto na lei. Um projeto desta envergadura deveria passar pelo Conselho Municipal de Política Urbana, digo mais, por ser uma venda de habitação de interesse social, de moradias populares.

Nós não percebemos que no projeto apresentado ou na explanação feita pelo representante do Executivo Municipal, essas avaliações, foram feitas por órgãos guiados pelo próprio governo, com participação da sociedade civil, para promover esse controle social.

Esperava que, quando o Executivo se manifestasse, pudesse dar garantia aos comerciantes que lá estão, que lá exercem suas atividades, que lá permanecerão e continuarão fazendo suas atividades, como fazem há 20, 30, 40 anos, inclusive com a garantia nas áreas do interesse social, que o percentual de outros usos seja garantido, seja dada prioridade aos que lá estão.

Esperava que o Executivo Municipal trouxesse mecanismos, através de consórcios e outros instrumentos legais; que os comerciantes pudessem se organizar e participar da urbanização da área, investindo para modernizar seu comércio, e não apenas terceiros explorarem do ponto de vista econômico.

Essas sugestões, entre outras, já foram trazidas aqui na primeira audiência pública e eu esperava algum avanço para não repetirmos tudo o que já dissemos na primeira discussão. Como o representante do Executivo Municipal não o fez, faço um apelo ao Relator José Police Neto que, em sua manifestação, apresentasse a todos o que V.Exa. enxerga como perspectiva de incorporação das várias sugestões apresentadas pelos Vereadores, pela sociedade civil, para que de fato tenhamos garantias de que um projeto de revitalização daquela área melhorará a qualidade de vida da Cidade, inclusive, a atividade econômica dos que lá já estão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o nobre Vereador Cláudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, uma audiência pública é importante para a apresentação de argumentos dos munícipes de São Paulo e para que os Srs. Vereadores possam defender a necessidade de modificações em determinadas ações. São apresentadas propostas tanto pelo Executivo quanto pelo

Legislativo, ainda que os Vereadores sejam expostos a palavras duras sem merecimento, alguns assimilam, outros não. No meu caso, muitos dos apelos que foram feitos aqui são desnecessários e muitas das ofensas proferidas também a mim não cabem.

Então, se tiver alguém que compra, tudo bem, não é meu caso. E não são os adjetivos utilizados que podem modificar opiniões, porque elas não são casuísticas e nem são resultado da venda de consciências. Muitas vezes, você está convicto da necessidade de uma ação. Se não fosse assim, não haveria necessidade de debate.

Mesmo na região em que se pretende aplicar esse projeto de lei, não haverá consenso entre todos. Se for colocar em discussão, haverá ainda quem acha benéfico determinadas intervenções realizadas pelo Poder Público.

Então é razoável debater, depreender o que é significativo. Eu mesmo prestei muita atenção no documento distribuído pelo Instituto Pólis e acho que cala fundo a determinadas observações feitas aqui de forma sistematizada, relacionando os projetos que ora são discutidos: o Projeto Nova Luz e o projeto que dispõe sobre a concessão urbanística, o instrumento de intervenção naquela área, que é uma concessão à iniciativa privada para que desaproprie e aplique o projeto urbanístico que deveria ser definido pelo Poder Público Municipal e apresentado previamente. Então, é necessário, isso está no Plano Diretor Estratégico.

Por isso, quando se coloca no documento que a lei de interesse urbanístico deverá primeiro ser encaminhada para a Câmara Técnica de Legislação Urbanística, é um argumento sustentável. O projeto urbanístico deveria estar contido no projeto, não adianta aprovar a concessão urbanística e depois dizer “olha, o projeto é este”.

Como fazemos para afastar os temores justificáveis e aqueles especulativos acerca dos prejuízos tanto aos moradores quanto aos comerciantes, proprietários? É necessário. Consenso não haverá, mas é óbvio que temos minimizar os efeitos negativos a bem do interesse público.

Comparo muitas intervenções que se faz na Cidade de desapropriação para construir o Metrô. É claro que quando se faz uma construção como essa, muitas vezes, o morador daquele local tem um histórico e é desapropriado a bem do interesse público. Ele não concorda. E muitas vezes tem esse efeito que é prejudicial àquela pessoa, mas é benéfico à comunidade.

Então, temos de buscar o que é favorável aos cidadãos daquela localidade, à Cidade, e precisamos minimizar ou anular os efeitos do poder econômico que pode, muitas vezes, em função disso, acabar prejudicando as pessoas.

Acredito que o debate é extremamente rico e positivo. Votaremos o projeto, que já teve alterações, como o seu desdobramento. Ainda não está perfeito, mas pelo que sei, o

Líder do Governo ouviu não só os Srs. Vereadores, mas também representantes dos comerciantes, dos moradores; esteve na região e dirá o que poderá ser modificado no projeto. Em função das mudanças que foram introduzidas, poderá convencer os Vereadores a votarem favoravelmente ou contrariamente ao projeto.

Afirmo que este Vereador acompanhará todas as mudanças e dará seu voto em função do que for melhor para a população local, para a cidade de São Paulo; e me disponho sempre a ouvir. Considero que o documento do Instituto Pólis é um bom referencial para que nós façamos os ajustes necessários ao projeto de lei ora em discussão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tem a palavra o nobre Vereador Cláudio Prado.

O SR. CLÁUDIO PRADO – Cumprimento o nobre Vereador Carlos Apolinário, Presidente desta Comissão; os nobres Vereadores presentes, todos os trabalhadores e comerciantes que estão aqui por suas justas reivindicações.

No projeto Nova Luz, acredito que ninguém aqui presente seja contrário à reurbanização, à melhoria daquele pedaço da Nova Luz. Todos aqui têm suas reivindicações porque está lá, a maioria dos comerciantes, 90% dos comerciantes aqui comentamos com o sindicato dos comerciários que 90% dos comerciantes são locatários daquela região. Não são donos da região. Por serem locatários deveriam ter estes privilégios, privilégios para a negociação. A parte que convive, que vive lá, que nasceram naquela região também tem de ser ouvidos para a questão da reurbanização. Então, eu acredito que se formarmos, e aí quero apelar ao nobre Vereador José Police Neto, um conselho representante destes locatários que não são os proprietários, obviamente, junto com os proprietários, destes comerciantes locatários dos trabalhadores que hoje aqui reivindicam a sua permanência ao trabalho para a sustentação da sua família junto com o Governo, acredito que esta ação e este projeto vão deslançar da melhor maneira possível.

Esta reivindicação não é difícil para o Governo, também não é difícil para que está lá na Nova Luz e não é difícil para os moradores. Acredito que seja por isso que está acontecendo uma audiência pública tão concorrida e que vai afetar um grupo de pessoas para a cidade de São Paulo este grupo é muito pequeno, mas para quem convive naquela região é a essência da sua vida, então, tem de ser ouvida e eu acredito muito que o nobre Vereador José Police Neto vai sim dar todas as condições para que todos se saiam bem neste novo projeto. Queremos, e tenho certeza disso, que a valorização de lá desta concessão, a valorização do imóvel, não se dê como vocês estão falando aqui que de mil reais passa a qualquer coisa em torno de nove mil reais para um apartamento de 40 metros quadrados.

E, sim, que se valorize o ambiente, valorize as pessoas, a intervenção que o Governo pode dar naquele projeto porque ele tem de servir, e o Governo sabe disso, de espelho para São Paulo. Se algum proprietário possui um imóvel que vai valorizar, que está avaliado em 50 mil, tem de triplicar, aí sim, dá um exemplo para a Cidade de responsabilidade com os comerciantes que estão lá, para os trabalhadores e que sustentam suas famílias com respeito e dignidade. Acho que isso o Governo leva em consideração, tenho certeza de que o nobre Vereador José Police Neto e que todos os Vereadores que estão aqui sentados sabem disso e estão lutando para isso. Por isso a audiência pública concorrida de vocês é importante para mostrar para São Paulo que o exemplo tem de ser bem dado e reestruturado de acordo com o que cada cidadão saia valorizado de qualquer projeto do Poder Público, qualquer projeto dos Vereadores, como qualquer projeto do Poder Executivo. É isso que a população merece, é isso que estaremos votando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Boa tarde a todos, quero começar pela última fala desta audiência, da moradora da Santa Ifigênia, que tocou num ponto central. Este projeto não é o fim da cracolândia ele é o projeto de transferência da cracolândia para outro lugar. Para Santa Cecília, Campos Elísios e não sei para onde? Não se trata aqui de fazer leis para tratar daquela população, se trata de ter vontade política de ter um projeto integrado de habitação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda para dar uma saída para aquela população porque ela vai continuar existindo lá ou em outro lugar. Primeiro lugar, não é um projeto urbanístico que resolve o problema dos viciados em crack ou da situação que acontece lá.

Segundo lugar já foi colocado aqui, está no texto do Police e eu concordo plenamente. Sem projeto urbanístico esse projeto não pode ser votado, não pode ser dado um cheque em branco para que se estabeleça qual interesse público ou social. Sem projeto urbanístico como a Câmara Municipal de São Paulo vai conceder a um particular para fazer o quê. Para qual interesse? Não é possível votar esse projeto urbanístico claro e detalhado, inclusive, um projeto de equilíbrio econômico financeiro dessa concessão, como qualquer que existe. Precisa estar claro quanto o particular vai ganhar, como ele vai ganhar, para ele investir lá. Porque senão poderemos ter a seguinte situação: ele vai comprar barato, vai desapropriar barato, não está claro o que vai fazer. Vai tentar maximizar seu lucro, e como se disse aqui, na região da Santa Efigênia, além de tudo tem uma particularidade. Como estamos falando muito em termos de mercado, lá tem uma marca construída por gerações de pequenos comerciantes que vale muito. Essa marca vai ser tirada do pequeno comerciante vai passar para quem, para a Macro Software, para a Samsung, LG, para quem? Isso tem de ficar muito claro no projeto. Sem essa possibilidade não é possível votar.

E se esse projeto for votado não pode ser aprovado. E se for aprovado ele tem de ser derrubado na justiça.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Com a palavra o nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Bom dia a todos. A cidade não pode ficar petrificada. Temos de fazer mudança ao longo do tempo. Mas qual é a busca? Mudança para onde? Mudança para quem? A bússola é modernizar, melhorar para se ter desenvolvimento econômico e social. Não se pode ter projeto aqui em São Paulo que ignore classes sociais inteiras. Você entrega parte da cidade só porque o investidor é bilionário, para fazer o que quiser. Esse projeto tem dois artigos. Em primeiro lugar, ele é uma concessão em uma área, só que as regras gerais de concessão na cidade não foram votadas ainda. Então ele não pode ser votado. O Nova Luz não pode ser votado. Pode-se fazer pressão de qualquer maneira, mas em primeiro lugar temos de ter a regulamentação geral. Depois votar o projeto Nova Luz. Já fizemos uma Audiência, já discutimos, já ouvimos o representante do Poder Executivo, ouvimos o relator. Mas até agora permanece com os dois artigos. É como se fosse um cheque em branco. A Bancada do PC do B, está propondo, entregamos já uma série de sugestões, propomos que haja um conselho de participação onde há empresários, moradores, consumidores para que tenha uma cidade equilibrada. Não pode fazer uma proposta onde de repente privilegia uma casta, vai forma Alpha Ville no Centro de São Paulo. Tem de ter respeito. São 455 anos. O pobre ajudou a construir isso. Aquele que passa fome, que ficou mais de um ano desempregado ajudou a construir essa cidade. Essa cidade é dos 11 milhões de brasileiros que moram aqui. Não é do grande investidor que muitas vezes não sabe nem onde é o Brasil. Ele vai mandar o dinheiro, os intermediários fazem o investimento, ele sabe lá se está sendo ralado o comerciante. Aqui tem um patrimônio, o individuo vem do Acre e quer comprar aparelho telefônico. Ele vai à Rua Santa Efigênia, se acabar ali, ele vai que bairro? Está disperso. Esse valor, esse patrimônio que está concentrado, ele desaparece. Propomos um conselho participativo. Um artigo que assegure as atividades econômicas. Até agora não recebemos resposta. As regras legislativas de fazer audiências estão sendo cumpridas. Os moradores, os comerciantes vêm aqui colocam seus problemas, suas aflições. Isso é fruto da democracia. Sofremos muito para conquistar essa democracia. Inclusive o meu partido perdeu muita gente assassinada. Isso é um ganho. Mas queremos o passo seguinte. Não queremos só conversar, mas também ver nossos direitos respeitados. A fiscalização da maneira como está, não há previsão da fiscalização. Em um projeto urbanístico a fiscalização pode ser entregue nas mãos daquele que deve ser fiscalizado. Aquele que será fiscalizado é o fiscalizador. Em outras palavras, não vai ter fiscalização alguma. Fazemos uma emenda,

que a fiscalização fica com o poder público. E que as cláusulas contratuais obrigue a concessionária a ter uma postura mais rígida na sua atuação. Não deixando que se faça qualquer coisa. Se moda, e alguém faz uma concessão rural. Mogi das Cruzes, onde aqueles imigrantes, produtores rurais de alface, não aqui é só grande propriedade. Um grande investidor de qualquer produto nobre, vai se instalar aqui e coloca todo aquele povo para fora. Está errado isso. Ou nós garantimos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Obrigado, Vereador.

Encerrada a lista de oradores e Vereadores, vou dar a palavra para o Vereador, pediria aos senhores que ouvissem com atenção, até porque ele é que vai fazer o relatório do que vai no projeto a ser votado pelos 55 Srs. Vereadores.

- Manifestações na galeria, ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Pediria à Polícia Militar que fechasse a porta, para manter o ar condicionado aqui dentro, já que as pessoas se retiraram.

- Manifestações na galeria, ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Não, ele vai falar. Vai falar em respeito aos que ficaram.

- Manifestações na galeria, ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Vou dar a palavra ao Vereador Netinho, mas antes queria só fazer uma observação aos senhores. O que é a importância de uma audiência pública? É um momento em que as pessoas têm a oportunidade de falar para nós Vereadores aquilo que pensa e colocar as suas posições.

Esse é o momento ideal, porque o Vereador Police Neto, a partir de hoje, realizada a segunda audiência, vai fazer o relatório.

De todas as pessoas que aqui falaram, muitas delas fizeram perguntas e, agora, foram embora sem saber o que pensa o Relator.

Na hora de votar, não vão poder reclamar: "Não, o Vereador Police não falou, não disse para ninguém o que iria fazer, ele se calou".

O Relator, de forma paciente, do início da reunião até agora, ouviu todas as pessoas e, agora, é um momento em que o Relator vai responder as perguntas para que a reunião tenha validade e importância.

- Manifestações na galeria, ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Não, não é com o senhor que estou falando.

- Manifestações na galeria, ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) - Amigo, por gentileza, eu ouvi todas as pessoas falarem. Agora, de forma respeitosa, estou falando com os senhores. Eu estou demonstrando que a audiência pública é importante para que as pessoas dêem opinião. E é importante que vocês ouçam a fala do Relator, até para discordar dele.

Então, as pessoas que foram embora perderam a oportunidade de ouvir. Mas, em respeito senhores que ficaram - e muito obrigado por terem ficado - vamos ouvir o Relator que não vai ter só cinco minutos. Se ele precisar, usará até 20 minutos, para explicar, para esclarecer todas as perguntas que foram feitas, de forma respeitosa, respondendo ao senhores.

A vocês que ficaram, muito obrigado. É para isso que vocês foram convidados.

Por favor, Vereador Netinho.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Agradeço a todos que ficaram; agradeço aos que participaram até agora desse diálogo e àqueles que vêm participando. Não começou hoje esse diálogo com a sociedade sobre a concessão urbanística. Precisamos resgatar um pouco dessa história para que consigamos reconhecer em que parte dessa história estamos.

Para quê? Para fazermos justiça com o que fazemos agora, senão imaginamos que este é um momento em que todas as decisões serão tomadas. E não é só neste momento que são tomadas. Elas continuarão sendo tomadas, da maneira mais respeitosa, mais equilibrada.

Por isso que estive naquele território, acompanhado, na Nova Luz, daqueles que agora saíram, a convite deles, por mais de uma vez. Por isso recebi os empresários da Nova Luz, aqueles que têm comércio na Santa Efigênia, por mais de dez vezes no meu Gabinete. Por isso, fiz reunião com o Vereador Jamil Murad, lá naquele território. Não faltou, em momento algum, a nossa capacidade de escutar para, na síntese de tudo o que vamos escutando, conseguir traduzir no texto da lei aquilo que é a vontade da sociedade.

E aqui tentar deixar claro que nem sempre o interesse de todos aqueles que se manifestam aqui é o interesse público, aquele que nós temos por tarefa preservar e zelar. Essa é uma questão muito objetiva.

Eu vi aqui um esforço claro do Vereador Claudio Fonseca em tentar apontar esse caminho. Mas por quê? Se não tivesse aquela região central se deteriorado com o passar dos tempos - e isso não é uma novidade no centro urbano, se ela não tivesse hoje uma subutilização, não teria o legislador, em 2004 e em 2002, definido regras para a ocupação daquele território, não teríamos lá uma ZEIS - que engloba cinco quarteirões completos e

seis parcialidades de bairros.

Mas por que decidiu o legislador, quando votou aqui na Casa que precisávamos da concessão urbanística, que já é lei? A concessão urbanística não é uma inovação da cabeça do Vereador Netinho - agredido, muitas vezes, por muitos aqui, por imaginarem que eu sou aquele que arbitrei esse processo. Não fui, mas acredito no mecanismo trazido a esta Casa pelo Secretário Jorge Wilhelm, da Prefeita Marta Suplicy. E elogio a conduta feita naquele momento e acredito que este seja um instrumento bom, criado lá em 2001, quando se discutiu a função social da terra.

Quando se fala em função social, falamos daquele que especula lá na região central, sim; aquele que mantém um estacionamento com subutilização. Para quê? Para, nas costas do povo que está lá trabalhando, ganhar o seu. Nós estamos dizendo o inverso disso: temos de levar um morador para o Centro, não tirá-lo.

Aqueles que aqui vieram, preocupados com a questão: "Ah, vou sair do Centro?". Não. O projeto que aqui é trazido é para se ampliar ou conjunto de moradia do Centro, não para diminuir. Se é para criar, não se vai tirar morador de lá.

O projeto de reurbanização de um tecido como aquele não é para substituir a economia relevante que há lá. É óbvio que é incentivá-la.

O que acontece é que é difícil - e aí eu falo isso, como disse aquela senhora, que eu sou o mais jovem e é verdade: sou o Vereador mais jovem e temos uma Sra. Vereadora mais jovem que é a Juliana.

Mas, desculpa, ou que eu escutei aqui é de gente que foi muito induzida a não reconhecer com avanço que podemos ter - e juntos. O que vimos fazendo, o que a gente vem fazendo todo dia, ao conversar com vocês lá, ao conversar com vocês aqui. Estranha a forma com que é apresentada isso, mas estranha muito. Mas por quê? Porque, se há disposição do diálogo, se há uma abertura absoluta para construir a legislação que importa à nossa cidade. Portanto, importa a todo cidadão, na construção da cidade democrática, que não vai ter lá, naquela região em que a população pagou a infraestrutura, dez, 12 especuladores imobiliários não tendo a pobreza daquela região.

É certo, então, manter a pobreza daquela região, a partir dessa especulação e aí utilizar a população a população desse jeito? Para vir aqui fazer o que foi feito hoje? Desculpa. Só pode envergonhar o Vereador mais jovem desta Casa essa postura.

Não é essa a democracia que eu pedi para meu pai construir, junto com o Vereador Jamil Murad e de muitos amigos que, como ele, perderam a vida também.

É estranha a forma como nos agredem aqui, no absoluto trabalho que temos para escutá-os e apresentar no texto aquilo que é a vontade de vocês.

E o que nós recebemos a parte desse processo? Ninguém aqui veio pedir um aplauso. Não tem nenhum dos Vereadores preocupados com aplauso. Nós estamos preocupados é com o desenvolvimento sustentável, saudável e justo desta cidade. É isso o que discutimos, durante horas, meses, anos. Para aqui se transformar num palanque e achar que a agressão vai fazer aquela região que tanto precisa se desenvolver voltar a ter luz de verdade. Estranha-me. Mas, além da estranheza, continua crente, crédulo de que é possível fazer esse processo. É possível dar, sim, Vereador Chico Macena, as garantias da Constituição num Comitê Gestor, de um Conselho Gestor, sem nenhuma dificuldade - já falei isso por diversas vezes.

É verdade, não temos o texto final, porque, para mim, essa reunião era mais importante para, a partir daqui, ocorrer essa elaboração, para não vir aquele sugestivo prato feito.

Trouxeram aqui um prato feito! E eu respeitei todas as instâncias, todas! Todos os espaços, e não foi de manhã, de tarde ou de noite, de madrugada! Mandei a todos que deixaram disponível telefone e e-mail, mandei informação que nos remetessem as suas sugestões, preocupado com todos na coletividade e na individualidade. Esse é um esforço recente. Vou falar que nos quatro anos que estou nesta Casa não ouvi debate como este. Ótimo! Que eu seja o pequeno Judas do processo, massacrado pelos que vieram aqui, mas que o resultado seja bom para a cidade. Se precisarmos de um processo desse, Vereador Donato, estou absolutamente disposto. Acho que vale mais o centro da minha cidade do que um ou dois votos que outros levarão. Acho sinceramente que temos a capacidade real de produzir a legislação necessária para concordar com o desenvolvimento social associado ao econômico. Acho que vamos ter verdadeiramente essa condição.

Para isso, assumo o compromisso para formatação do nosso texto substitutivo, e não elaborado por mim, mas pelo conjunto dos Vereadores que vão apresentar e aprová-lo, e esse é o nosso desejo, trabalharei para isso. E não só isso, mas a garantia de que a comunidade econômica relevante daquele território – e aí é óbvio, é a atividade da Santa Efigênia – e não só será preservada, mas estimulada. Óbvio, se você vai realizar intervenção urbana em território onde você sabe que aquela atividade econômica contempla de 20 a 25 mil empregos, é óbvio que a manutenção dessa atividade não será somente preservada, mas estimulada. Por isso, a decisão do Governo do Estado de instalar uma Fatec. A Fatec não foi instalada à toa ou à orientação e desapropriação para instalação de uma Fatec naquele território não foi à toa. É porque está claro para toda a sociedade, para todos que usaram o microfone que é isso! Está claro, portanto, será isso.

Quando o Dr. Rubens Chamas fala da questão das ZEIs é óbvio que no momento em que você tira as ZEIs do papel você amplia a capacidade de receber novos moradores, além dos que estão! O grande problema da Nova Luz não é a atividade

do dia, onde se tem uma circulação de pessoas que tem comércio pujante, mas é quando esse comércio fecha. Aí é que é preciso levar mais moradores ao centro, definidos em rotas objetivas que não vieram da minha cabeça, mas do que foi aprovado em 2004 no Plano Diretor, na área de intervenção urbana já definida pelo Parlamento, não fui eu! Definiu corretamente o Vereador Chico Macena, o Vereador Claudio Prado e lógico porque temos uma área que pode ser edificada em mais de 150 mil metros quadrados para oferecer 40% de unidades habitacionais de interesse social e 40% para o mercado popular. É isso! Ninguém sugeriu essa alteração, ela está mantida. Portanto, o desejo é que seja implantado!

Por que há insistência em abordar os mesmos temas que estão sendo discutidos? Porque são eles que vão constar do nosso relatório exaustivamente debatido, com a consciência não só minha do que vou escrever, mas de todos os que participaram. Nesse processo menos interessa o que eu acho ou deixo de achar, mais interessa aquilo que eu conseguir escutar durante todo o processo. É da síntese dessa escuta que o nosso parecer vai ser apresentado com o substitutivo que vai, sim, preservar essas diretrizes específicas que desde a primeira fase venho conversando com todos. Não mudaremos as diretrizes, são óbvias. Da mesma forma que a defesa e o investimento do patrimônio relevante, histórico e arquitetônico, que aquele bairro já revelou e que precisa ter esse incentivo. Esse é o esforço que fazemos que não é contra um ou outro, mas sim a favor da cidade, para fazer cumprir a tão necessária função social da propriedade, tão defendida aqui e corretamente. Só tem interesse a cidade na propriedade quando cumpre função social. Temos de afastar definitivamente dos nossos diálogos que a defesa da propriedade pode caber no processo especulativo. Porque isso é que em 2001, quando o Estatuto da Cidade foi aprovado, que tentamos conferir à sociedade fazer essa transformação. É para enfrentar aquilo que durante muito tempo não conseguimos enfrentar, que é diametralmente oposto ao que o João Paulo nos trouxe aqui quando faz uma defesa intransigente da propriedade pela propriedade, e não é isso. A propriedade pela propriedade nos 455 anos desta cidade, só agradaram os contornos de indisciplina social do nosso país. Aquele é que é rico, a cada dia está mais rico, e o que é pobre a cada dia está mais pobre.

Quando em 2001 decidimos pela função social anterior ao direito à propriedade, era exatamente para combater isso! Agora, vir ao microfone para defender o inverso disso, imaginando que faremos a reforma social tão esperada do país? Desculpa, ou eu na minha juventude não consegui entender nada do que foi dito nos últimos 30 anos, a partir do processo revolucionário que o país atravessou com o movimento estudantil! Eu não entendi!

Portanto, para aqueles que ficaram quero dizer – e que digam aos que se foram – que o nosso compromisso continua o mesmo. Aquele feito na quadra do Alemão, quando passei duas ou três horas conversando com o pessoal, as três ou quatro visitas feitas ao

comércio local, para ver tudo e não mudou! Não mudou porque não há mudança de comportamento para quem está convencido de que esta cidade merece o que há de melhor. Eu não vou entregar para a minha filha uma cidade pior do que a que eu peguei! Não vou!

Para isso, venho dedicando a minha vida incontestavelmente a este Parlamento. É duríssimo atravessar o processo que venho atravessando sendo acusado de coisas que jamais escutei. Mas se é esse o caminho necessário, estamos todos dispostos a trilhar para o bem da nossa sociedade. É para a garantia de que ela tenha a função social do nosso Orçamento e da terra, da propriedade. Muitas vezes na sua ação pode parecer que estamos em lados opostos, mas não estamos. Conseguiremos, ao fim do processo, termos não só a legislação mais justa, mas mais adequada a todos e esses todos é o interesse público. Não serão os interesses de grupos econômicos que estão na região ou que estão fora. O que tiraremos do papel é a garantia absoluta do controle social, a garantia absoluta de que as ZELs serão tratadas para a finalidade aprovada em 2004, 40% de todo o território para operação de atividades vinculadas exclusivamente HIS – Habitação de Interesse Social, e 40% de HMP. Esse é o nosso compromisso e faremos isso – Vereadores Chico, Donato, Claudio Fonseca, Jamil, Claudio Prado, Juscelino, Zelão e Presidente Apolinario – sem medo! Porque na verdade escutamos a todos. Tem de ficar claro a todos que esse esforço está em curso. Quem sabe – e esse é o esforço que farei a partir de agora – até o fim do dia de hoje, da manhã de amanhã, as disciplinas gerais e aquilo tratado com muita correção pelo Vereador Jamil Murad, tenha a sua finalização. Vamos requerer um tempo maior para finalizar o texto legislativo – daquilo que aqui escutamos – para a Nova Luz. Não conseguiremos fazer as duas coisas paralelamente, teremos um resultado de um esforço anterior, foi a discussão da regulamentação do art. 239, esse sim a matriz de tudo que discutimos agora, aprovado em 2002, que faço questão de ler para vocês porque já é lei. Eu não estou inventando!

- Leitura da regulamentação do art. 239 da Lei 13.430.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Por que faço questão de deixar claro todo o processo? Para relatar em que momento estamos disso. Em 2001, de uma maneira ousada, o Governo Lula aprovou o Estatuto da Cidade. Muitos municípios e a metrópole São Paulo conseguiram, no ano seguinte, aprovar o Plano Diretor Estratégico, que é orientador do que fazemos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Nobre Vereador Police, peço que conclua suas palavras em três minutos.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Fomos extrair do processo nacional o Estatuto da Cidade e, a partir dele, a regulamentação que propomos e a primeira aplicação. Desde o princípio, eu disse: o fato de vincularmos o instrumento urbanístico a um território deu, pela primeira vez, a oportunidade do debate, porque o instrumento já foi criado. Todos nós já sabemos que, desde 2002, o Município de São Paulo já tem esse instrumento poderoso de recuperação de áreas identificadas no Plano Diretor Regional, nos PREs, como áreas em que é necessária intervenção urbanística. Não saiu da minha cabeça ou da cabeça do Sr. Prefeito Kassab. O que fazemos agora é dar a primeira autorização segundo a regra apresentada no Projeto 87. Estamos discutindo a regra e sua aplicação. Para isso é necessário um grande esforço de todos – Vereadores de Situação e de Oposição.

Para concluir, teremos, sim, os compromissos de manutenção que serão diretrizes específicas, que ainda não comportam no texto original trazido pelo Executivo, mas que, durante os últimos 10 dias, venho conversando com o Executivo para tirar o compromisso de sanção da matéria. Então, ao aprovarmos a implantação da concessão urbanística na Nova Luz, as diretrizes específicas aprovadas pelo Parlamento terão de ser respeitadas. Essas diretrizes serão aquelas que acabamos de tratar: manutenção da atividade econômica, ampliação de oferta de habitação popular, garantindo quem já está lá e promovendo o repovoamento, como diz o texto de 2004 – é necessário repovoamento na área de intervenção urbana constante daquele território. Não são palavras minhas, mas do estudo que apresentou isso como necessidade – e todos nós sabemos que é uma necessidade o repovoamento daquela região central.

Portanto, as dúvidas que havia sobre isso estão desfeitas. A partir de agora, o esforço é de elaboração, para a qual peço ajuda – como pedi e venho recebendo. Obrigado, Vereador Claudio Fonseca, Vereador Jamil Murad, que ofertou emendas, Vereador Chico Macena, que ofertou substitutivo. Tiraremos de todas essas ofertas o que de melhor elas têm para a cidade de São Paulo, para os que aqui estão e para os quase 11 milhões que estão lá fora e que esperam sentir-se orgulhosos daquela região, a Nova Luz, não só por morar ou trabalhar lá, mas por situar-se no Centro da cidade de São Paulo, pedaço pelo qual todos sentem muito carinho. Isso para que a nossa cidade coloque em prática a democracia do uso social da terra, não ficando apenas nos nossos discursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Quero agradecer ao Vereador Police e a todos os presentes.

Chegamos ao fim dos oradores inscritos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Não posso abrir exceção, pois outras pessoas também pedem. Se o senhor puder, envie depois suas sugestões ao Relator.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Tudo bem, então. O senhor quer falar daí mesmo? Pode falar.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Sr. Roberto, permita ao Relator responder à sua questão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Roberto, talvez ainda haja muita dúvida do que vem a ser a concessão urbanística. Não é que o perímetro traçado seja transferido para uma concessionária. O perímetro é a definição do território que vai receber as intervenções públicas. E uma parte dele sofrerão intervenções privadas, do concessionário. Onde há atividade econômica relevante, onde há imóveis tombados, há obrigação de o projeto público ali ser realizado por uma orientação objetiva da diretriz que nós estamos traçando aqui, é a manutenção da atividade econômica, não sua substituição. Sabemos que existe área dentro daquele perímetro que não tem nenhuma atividade econômica e essa sim pertence ao capital especulativo, essa eu não posso dar garantia. A sua terá a garantia da lei explícita, como diretriz específica para elaboração do projeto urbanístico.

Ninguém neste Parlamento quer receber “prato feito” de qualquer Executivo. Imaginando que pode o Executivo construir o projeto urbanístico que quiser e apresentar como “prato feito” aqui, não é isso o que queremos. Queremos dar a diretriz para a elaboração desse projeto, porque sabemos como fazer esse diálogo com a população. Não vi outros com a mesma competência deste Parlamento. Essa é uma questão conceitual. Temos de dar as diretrizes específicas para garantia daquilo que já consta no nosso Plano Diretor Estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Apolinario) – Obrigado, Vereador.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. Obrigado a todos.